

Diminuição das despesas de investimentos em obras e seus possíveis impactos no ensino no âmbito da Universidade Federal de Alagoas

Reduction in Capital Expenditures on Construction Projects and Its Possible Impacts on Teaching at the Federal University of Alagoas

José Maurício Ataíde Carnaúba Filho¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

Resumo

O financiamento das universidades federais brasileiras tem enfrentado desafios decorrentes das restrições fiscais e da crescente demanda por expansão, modernização e manutenção da infraestrutura acadêmica. Nesse contexto, as despesas de investimentos em obras desempenham papel estratégico para assegurar condições adequadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O presente estudo teve como objetivo analisar a diminuição das despesas de investimentos em obras e seus possíveis impactos no ensino no âmbito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, de abordagem quali-quantitativa, desenvolvida a partir da análise da execução orçamentária da UFAL, com dados obtidos no Tesouro Gerencial referentes ao período de 2022 a 2025, complementada por revisão da literatura sobre financiamento da educação superior, infraestrutura universitária e gestão educacional. Os resultados evidenciam redução na execução das despesas destinadas a investimentos em obras, indicando menor capacidade institucional para ampliação, modernização e conservação da infraestrutura universitária. À luz da literatura especializada, observa-se que a continuidade desse cenário pode comprometer laboratórios, salas de aula, bibliotecas, condições de acessibilidade e demais espaços acadêmicos, produzindo reflexos sobre as condições de ensino. Conclui-se que os investimentos em obras constituem elemento estratégico para a sustentabilidade da infraestrutura universitária e para a manutenção da qualidade da educação superior pública, reforçando a necessidade de políticas de financiamento capazes de assegurar recursos contínuos para esse grupo de despesas.

Palavras-chave: financiamento da educação superior; investimentos em obras; infraestrutura universitária; orçamento público; Universidade Federal de Alagoas.

¹ Mestrando em Ciências da Educação na Christian Business School (CBS). E-mail: mauricio_carnauba@hotmail.com.

² Orientadora: Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS. E-mail: rozineide.pereira1975@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0000-6863-7874>

Abstract

The financing of Brazilian federal universities has faced challenges arising from fiscal restrictions and the growing demand for the expansion and improvement of educational services. In this context, investments in infrastructure play a strategic role in maintaining and developing the conditions necessary for teaching, research, and extension activities. This study aimed to discuss the possible impacts of reduced investments in construction projects on teaching conditions at the Federal University of Alagoas (UFAL), using as a reference the specialized literature on higher education financing, university infrastructure, and educational management. Methodologically, this is a qualitative theoretical-documentary study developed through a literature review and documentary analysis. The findings indicate that infrastructure investments play a significant role in the quality of learning environments, the modernization of laboratories, accessibility, student retention, and the institutional development of public universities. The literature reviewed suggests that reductions in these investments may limit processes of expansion, modernization, and preservation of academic facilities, thereby affecting the material conditions necessary for the development of educational activities. It is concluded that university infrastructure constitutes a strategic dimension of higher education quality, requiring public policies capable of ensuring continuous investment for its maintenance and improvement.

Keywords: higher education financing; university infrastructure; public investment; teaching quality; university management.

1 Introdução

A infraestrutura física constitui um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas nas instituições de ensino superior. Salas de aula adequadas, laboratórios equipados, bibliotecas atualizadas e espaços acessíveis contribuem para a qualidade do processo educativo, favorecendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a permanência estudantil. Embora frequentemente associada a questões administrativas e patrimoniais, a infraestrutura universitária possui relação direta com as condições de aprendizagem e com a capacidade institucional de atender às demandas da comunidade acadêmica.

Nas últimas décadas, a expansão da educação superior pública no Brasil ampliou significativamente a necessidade de investimentos em edificações, reformas e modernização dos espaços universitários. A criação de novos cursos, a interiorização das universidades federais e o aumento do número de estudantes exigiram adequações permanentes da estrutura física das instituições. Entretanto, esse movimento de expansão nem sempre foi acompanhado por crescimento proporcional dos recursos destinados aos investimentos, gerando desafios relacionados à conservação e ao desenvolvimento da infraestrutura universitária.

No caso das universidades federais, os investimentos em obras integram o grupo das despesas de capital e desempenham papel estratégico para a consolidação de políticas acadêmicas de médio e longo prazo. Diferentemente das despesas correntes, destinadas à

manutenção cotidiana das atividades institucionais, os investimentos possibilitam a ampliação da capacidade instalada da universidade, a construção de novos espaços acadêmicos e a modernização das estruturas já existentes.

Nos últimos anos, as restrições fiscais impostas ao orçamento público federal passaram a afetar de maneira mais intensa a capacidade de investimento das Instituições Federais de Ensino Superior. Em diversos casos, a redução dos recursos destinados à infraestrutura resultou no adiamento de obras, na postergação de reformas e na limitação de projetos voltados à expansão universitária. Tais circunstâncias despertam preocupações não apenas sob a perspectiva administrativa, mas também em relação aos possíveis efeitos sobre a qualidade das condições de ensino oferecidas pelas instituições.

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL), uma das principais instituições públicas de ensino superior da região Nordeste, insere-se nesse contexto de desafios orçamentários. Com atuação em diferentes municípios e ampla diversidade de cursos e áreas do conhecimento, a universidade depende de investimentos contínuos para garantir condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Dessa forma, compreender os possíveis impactos da redução dos investimentos em obras e infraestrutura torna-se relevante para analisar aspectos relacionados à sustentabilidade institucional e à qualidade do ensino ofertado.

Diante desse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: quais são os possíveis impactos da redução dos investimentos em obras sobre as condições de ensino nas universidades federais, considerando especificamente a realidade da Universidade Federal de Alagoas?

Parte-se do pressuposto de que a infraestrutura universitária constitui elemento fundamental para a qualidade da educação superior e que a limitação dos investimentos destinados à sua manutenção e expansão pode produzir reflexos sobre as condições de ensino, aprendizagem, pesquisa e permanência estudantil.

Assim, o presente estudo tem como objetivo discutir os possíveis impactos da redução dos investimentos em obras sobre as condições de ensino na Universidade Federal de Alagoas, tomando como referência a literatura científica e os debates contemporâneos acerca do financiamento da educação superior pública brasileira.

2 Metodologia .

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo documental e bibliográfico, de abordagem quali-quantitativa, desenvolvido com o objetivo de analisar a diminuição das

despesas de investimentos em obras e seus possíveis impactos sobre as condições de ensino na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Quanto à abordagem, a pesquisa é classificada como quali-quantitativa. A dimensão quantitativa fundamenta-se na análise descritiva da execução orçamentária das despesas de investimentos em obras da UFAL, enquanto a dimensão qualitativa consiste na interpretação dos resultados à luz da literatura especializada sobre financiamento da educação superior, infraestrutura universitária e gestão educacional.

Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica. Inicialmente, buscou-se descrever a evolução das despesas de investimentos em obras da Universidade Federal de Alagoas no período de 2022 a 2025. Em seguida, analisaram-se os possíveis impactos da redução desses investimentos sobre as condições de ensino, considerando as contribuições da literatura científica.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como documental e bibliográfica. A pesquisa documental foi realizada a partir da análise de dados da execução orçamentária da Universidade Federal de Alagoas, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, contemplando informações relativas às despesas classificadas no Grupo de Natureza da Despesa 4 – Investimentos, com ênfase nas despesas destinadas à execução de obras. Também foram consultados documentos institucionais, legislação orçamentária e normas aplicáveis à administração pública federal.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida mediante consulta a livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos publicados em bases como Portal de Periódicos CAPES, SciELO e Google Acadêmico. Foram utilizados descritores relacionados ao financiamento da educação superior, infraestrutura universitária, investimentos públicos, orçamento público, gestão universitária e qualidade do ensino.

Os dados orçamentários foram organizados em tabelas e analisados por meio de estatística descritiva, permitindo identificar a evolução das despesas de investimentos em obras durante o período analisado. Posteriormente, os resultados foram confrontados com a literatura especializada, buscando compreender suas possíveis implicações para as condições de ensino na Universidade Federal de Alagoas.

Por tratar-se de pesquisa documental e bibliográfica, realizada exclusivamente com dados públicos e documentos institucionais, sem participação direta de seres humanos, o estudo dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a regulamentação vigente.

3 Fundamentação Teórica

3.1 Financiamento da Educação Superior Pública e infraestrutura universitária

O financiamento da educação superior pública constitui um dos principais fatores associados à capacidade das universidades de cumprir suas funções acadêmicas, científicas e sociais. No Brasil, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) desempenham papel estratégico na formação de profissionais, na produção do conhecimento, no desenvolvimento tecnológico e na promoção de oportunidades educacionais para diferentes segmentos da população. A efetividade dessas atividades, contudo, depende da existência de recursos financeiros suficientes para garantir tanto o funcionamento cotidiano das instituições quanto a manutenção e expansão de sua infraestrutura física (AMARAL, 2017).

A Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como um direito social e estabeleceu a responsabilidade do Estado na promoção de políticas voltadas à sua oferta com qualidade. No âmbito da educação superior, o artigo 207 assegura às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (BRASIL, 1988). Embora esse dispositivo represente importante avanço para o fortalecimento institucional das universidades públicas, a efetivação dessa autonomia permanece diretamente vinculada à disponibilidade de recursos orçamentários provenientes da União.

Historicamente, o modelo de financiamento das universidades federais brasileiras caracteriza-se pela forte dependência do orçamento público federal. Isso significa que a capacidade institucional de expandir cursos, construir novos espaços acadêmicos, modernizar laboratórios ou realizar reformas estruturais está condicionada às definições estabelecidas nos instrumentos de planejamento governamental e às dotações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) (GIACOMONI, 2021).

Nas últimas décadas, a educação superior pública passou por um processo significativo de expansão. A ampliação do acesso ao ensino universitário foi impulsionada por políticas públicas voltadas à democratização das oportunidades educacionais e à interiorização das instituições federais. Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que contribuiu para a criação de novos campi, ampliação de vagas e fortalecimento da presença universitária em regiões anteriormente pouco atendidas pelo ensino superior público (BRASIL, 2007).

Esse movimento de expansão produziu impactos positivos para o acesso à educação superior, mas também ampliou as necessidades relacionadas à infraestrutura universitária. A

criação de novos cursos e o aumento do número de estudantes exigiram investimentos contínuos em edificações, laboratórios, bibliotecas, salas de aula, equipamentos e espaços destinados às atividades acadêmicas. Como observam Chaves e Amaral (2018), a expansão das universidades federais demanda não apenas recursos para manutenção das estruturas existentes, mas também investimentos permanentes capazes de assegurar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades institucionais.

A literatura especializada tem demonstrado que a qualidade da infraestrutura educacional influencia diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Ambientes físicos adequados favorecem a realização de atividades pedagógicas, ampliam as possibilidades metodológicas dos docentes e proporcionam melhores condições para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes (LIBÂNEO, 2018). Dessa forma, a infraestrutura não deve ser compreendida apenas como suporte material das atividades universitárias, mas como componente integrante da qualidade educacional.

Além dos espaços destinados às aulas teóricas, as universidades contemporâneas dependem cada vez mais de ambientes especializados para o desenvolvimento de pesquisas, atividades práticas e projetos de extensão. Laboratórios, clínicas-escola, bibliotecas, centros de tecnologia e espaços de convivência acadêmica passaram a ocupar papel central na formação universitária. Nesse sentido, os investimentos em infraestrutura representam não apenas despesas patrimoniais, mas instrumentos capazes de ampliar as condições de produção e disseminação do conhecimento (VEIGA, 2016).

Entretanto, a partir da segunda metade da década de 2010, as universidades federais passaram a enfrentar um cenário marcado por restrições fiscais e limitações orçamentárias mais intensas. A aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que instituiu limites para o crescimento das despesas primárias da União, intensificou os debates sobre os impactos das políticas de austeridade no financiamento da educação pública (BRASIL, 2016). Diversos pesquisadores argumentam que a redução da capacidade de investimento do Estado pode comprometer o desenvolvimento das instituições educacionais e dificultar a manutenção da qualidade dos serviços oferecidos à sociedade (DOURADO; OLIVEIRA, 2018).

Nesse contexto, os investimentos em infraestrutura tendem a ser particularmente sensíveis às restrições orçamentárias. Diferentemente de despesas obrigatórias, como pessoal e encargos sociais, os recursos destinados a obras e ampliação patrimonial frequentemente sofrem reduções em períodos de contenção fiscal. Como consequência, reformas são adiadas, projetos de expansão são interrompidos e intervenções necessárias para modernização dos espaços acadêmicos acabam postergadas (AMARAL, 2017).

Os efeitos dessas limitações não se restringem ao patrimônio físico das instituições. A insuficiência de investimentos pode gerar impactos sobre a qualidade dos ambientes de aprendizagem, dificultar a atualização tecnológica dos espaços acadêmicos e limitar a capacidade das universidades de atender às demandas crescentes da comunidade universitária. Em longo prazo, a deterioração da infraestrutura tende a afetar aspectos relacionados ao conforto, à acessibilidade, à segurança e à permanência estudantil, elementos cada vez mais valorizados nas discussões sobre qualidade da educação superior (KENSKI, 2008).

No caso da Universidade Federal de Alagoas, a discussão torna-se especialmente relevante em razão da abrangência de suas atividades acadêmicas e da diversidade de unidades distribuídas em diferentes municípios do estado. A manutenção de estruturas físicas adequadas exige investimentos contínuos capazes de atender às necessidades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos diversos campi da instituição. Dessa forma, compreender a evolução dos recursos destinados a obras e infraestrutura permite ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados pela universidade na consolidação de um ambiente educacional capaz de responder às demandas contemporâneas do ensino superior.

Assim, analisar o financiamento da infraestrutura universitária significa compreender uma dimensão essencial da política educacional brasileira. Mais do que uma questão administrativa ou patrimonial, os investimentos em obras representam condições concretas para a oferta de uma educação superior pública de qualidade, influenciando diretamente as possibilidades de desenvolvimento institucional, produção científica e formação acadêmica das futuras gerações.

3.2 Investimentos Públicos em Obras e Desenvolvimento Institucional

Os investimentos públicos constituem importante instrumento de desenvolvimento das organizações estatais, uma vez que possibilitam a ampliação, modernização e melhoria das estruturas necessárias à prestação de serviços à sociedade. No âmbito da administração pública, tais investimentos assumem papel estratégico ao contribuírem para a expansão da capacidade operacional dos órgãos governamentais e para o fortalecimento das políticas públicas em diferentes áreas, incluindo educação, saúde, infraestrutura e ciência e tecnologia (GIACOMONI, 2021).

De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, as despesas públicas podem ser classificadas em despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes destinam-se à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos já existentes, abrangendo gastos com pessoal, encargos sociais, material de consumo e serviços de terceiros. Já as despesas de capital

correspondem aos recursos aplicados na formação ou aquisição de bens de capital, incluindo investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida pública (BRASIL, 1964).

Entre as despesas de capital, os investimentos ocupam posição de destaque por estarem diretamente relacionados à criação, ampliação e modernização do patrimônio público. Segundo Giacomoni (2021), os investimentos representam aplicações destinadas ao planejamento e à execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos permanentes e demais ações que contribuam para o desenvolvimento institucional e para a ampliação da capacidade de atendimento dos órgãos públicos.

No contexto das universidades federais, os investimentos possuem relevância ainda maior, pois permitem a construção de salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de pesquisa, espaços administrativos e estruturas de apoio à comunidade acadêmica. Além disso, possibilitam reformas, adequações de acessibilidade, modernização tecnológica e expansão física das instituições, contribuindo para a melhoria das condições de ensino, pesquisa e extensão (AMARAL, 2017).

A infraestrutura universitária não pode ser compreendida apenas como um conjunto de edificações destinadas ao funcionamento administrativo. Ela representa um componente essencial do ambiente educacional, influenciando diretamente as oportunidades de aprendizagem oferecidas aos estudantes. Nesse sentido, os investimentos em obras constituem mecanismo de fortalecimento institucional, pois ampliam a capacidade das universidades de responder às transformações sociais, científicas e tecnológicas que caracterizam a educação superior contemporânea (DOURADO, 2019).

Sob a perspectiva do planejamento público, os investimentos apresentam características distintas das despesas voltadas à manutenção cotidiana das instituições. Enquanto as despesas correntes produzem efeitos imediatos sobre o funcionamento organizacional, os investimentos possuem natureza estrutural e geralmente estão associados a resultados de médio e longo prazo. Uma obra universitária, por exemplo, pode beneficiar diversas gerações de estudantes e pesquisadores ao longo de décadas, tornando-se patrimônio estratégico para o desenvolvimento institucional (MATIAS-PEREIRA, 2018).

Essa característica faz com que os investimentos sejam frequentemente considerados indicadores importantes da capacidade de crescimento das organizações públicas. Em instituições de ensino superior, a construção de novos espaços acadêmicos permite ampliar a oferta de cursos, aumentar o número de vagas, fortalecer atividades de pesquisa e criar melhores condições para o desenvolvimento das ações extensionistas. Dessa forma, os investimentos não

devem ser analisados apenas sob a ótica financeira, mas também como instrumentos de fortalecimento das políticas educacionais (CHAVES; AMARAL, 2018).

Nas últimas décadas, a expansão das universidades federais brasileiras esteve fortemente associada à realização de investimentos em infraestrutura. A implantação de novos campi, a ampliação de laboratórios e a modernização de espaços acadêmicos exigiram volumes expressivos de recursos públicos destinados a obras e aquisição de equipamentos. Tais investimentos contribuíram para o processo de interiorização do ensino superior e para a ampliação do acesso à educação pública em diferentes regiões do país (BRASIL, 2007).

Entretanto, a literatura especializada aponta que os investimentos públicos tendem a ser particularmente vulneráveis em períodos de restrição fiscal. Quando o orçamento disponível torna-se insuficiente para atender todas as demandas institucionais, os recursos destinados a obras frequentemente sofrem reduções, uma vez que as despesas obrigatórias possuem maior proteção legal e menor margem de contingenciamento (GIACOMONI, 2021). Como consequência, projetos de expansão podem ser adiados, reformas necessárias deixam de ser executadas e a modernização da infraestrutura passa a ocorrer em ritmo mais lento.

Segundo Matias-Pereira (2018), a redução dos investimentos públicos produz efeitos que muitas vezes não são percebidos imediatamente, mas que tendem a se acumular ao longo do tempo. A ausência de obras de manutenção, ampliação ou modernização pode resultar em processos graduais de deterioração estrutural, comprometendo a eficiência dos serviços prestados e elevando os custos futuros de recuperação do patrimônio público.

No ambiente universitário, esse fenômeno pode assumir diferentes formas. Laboratórios podem tornar-se insuficientes diante do crescimento da demanda acadêmica, bibliotecas podem enfrentar limitações de espaço e tecnologia, e edifícios mais antigos podem necessitar de adequações relacionadas à acessibilidade, segurança e eficiência energética. Quando os investimentos são reduzidos de forma contínua, a capacidade institucional de enfrentar esses desafios tende a ser gradualmente comprometida (KOHAMA, 2020).

Outro aspecto relevante refere-se à crescente incorporação das tecnologias digitais aos processos educacionais. As transformações observadas na educação superior contemporânea exigem ambientes capazes de integrar recursos tecnológicos, conectividade, equipamentos especializados e espaços flexíveis de aprendizagem. A implementação dessas melhorias depende diretamente da realização de investimentos em infraestrutura física e tecnológica, reforçando a importância estratégica desse grupo de despesas para o desenvolvimento institucional (KENSKI, 2008; MORAN, 2021).

No caso das universidades federais, a diminuição dos investimentos em obras pode produzir impactos que ultrapassam a dimensão patrimonial. A limitação dos recursos destinados à infraestrutura pode reduzir a capacidade de expansão da instituição, dificultar a atualização dos ambientes acadêmicos e restringir a implementação de melhorias voltadas ao fortalecimento das atividades educacionais. Embora nem todos os efeitos possam ser mensurados de forma imediata, a literatura sugere que a qualidade dos espaços físicos constitui elemento relevante para a consolidação de ambientes favoráveis à aprendizagem e à produção do conhecimento (LIBÂNEO, 2018).

Dessa forma, os investimentos públicos em obras devem ser compreendidos como parte integrante das políticas de desenvolvimento da educação superior. Mais do que recursos destinados à construção ou reforma de edificações, representam instrumentos capazes de ampliar oportunidades educacionais, fortalecer a capacidade institucional das universidades e assegurar melhores condições para a formação acadêmica, científica e profissional da sociedade.

3.3. Infraestrutura Educacional e qualidade do Ensino Superior

A discussão sobre qualidade da educação superior envolve múltiplas dimensões relacionadas aos processos pedagógicos, à qualificação do corpo docente, à gestão acadêmica, à produção científica e às condições materiais oferecidas pelas instituições de ensino. Entre esses elementos, a infraestrutura educacional ocupa posição de destaque por influenciar diretamente as condições em que o processo de ensino e aprendizagem é desenvolvido. Embora frequentemente associada aos aspectos físicos das instituições, a infraestrutura deve ser compreendida como parte integrante das condições necessárias para a efetivação do trabalho educativo e para a promoção de experiências acadêmicas de qualidade (LIBÂNEO, 2018).

Nas últimas décadas, pesquisadores da área da Educação têm destacado que o ambiente físico exerce influência significativa sobre o desempenho acadêmico, a permanência estudantil e a satisfação da comunidade universitária. Espaços adequados favorecem a realização das atividades pedagógicas, ampliam as possibilidades metodológicas dos docentes e contribuem para a criação de ambientes mais propícios à aprendizagem. Em contrapartida, estruturas precárias ou insuficientes podem limitar o desenvolvimento de práticas educativas e comprometer a qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições (VEIGA, 2016).

A infraestrutura universitária envolve um conjunto amplo de elementos que ultrapassa a simples existência de edificações. Inclui salas de aula, laboratórios, bibliotecas, auditórios, espaços de convivência, ambientes tecnológicos, instalações esportivas, recursos de acessibilidade, redes de comunicação e demais estruturas que dão suporte às atividades

acadêmicas. A qualidade desses espaços influencia diretamente a experiência educacional dos estudantes e as condições de trabalho dos profissionais envolvidos no processo formativo (MORAN, 2021).

No contexto da educação superior contemporânea, a relevância da infraestrutura tornou-se ainda mais evidente diante das transformações tecnológicas e das novas demandas pedagógicas. O avanço das tecnologias digitais, a ampliação do uso de metodologias ativas e a crescente integração entre ensino presencial e recursos tecnológicos exigem ambientes educacionais mais flexíveis, conectados e adequadamente equipados. Assim, a qualidade dos espaços físicos passou a representar não apenas uma necessidade operacional, mas também um requisito para a inovação educacional (KENSKI, 2008).

Os laboratórios constituem exemplo importante dessa relação entre infraestrutura e qualidade acadêmica. Em diversas áreas do conhecimento, especialmente nas ciências da saúde, engenharias, ciências agrárias e ciências naturais, as atividades práticas representam componente essencial da formação profissional. A disponibilidade de laboratórios adequados, equipados e atualizados influencia diretamente a qualidade da aprendizagem, permitindo aos estudantes vivenciar situações que aproximam teoria e prática (DEMO, 2015).

As bibliotecas universitárias também desempenham papel relevante nesse cenário. Além de funcionarem como espaços de acesso à informação e ao conhecimento científico, passaram a assumir funções relacionadas ao apoio à pesquisa, ao desenvolvimento de competências informacionais e ao estímulo à produção acadêmica. A modernização desses ambientes, incluindo recursos digitais, espaços colaborativos e tecnologias de acesso à informação, depende da realização contínua de investimentos institucionais (MORAN, 2021).

Outro aspecto frequentemente abordado pela literatura refere-se às condições de acessibilidade. A ampliação do acesso ao ensino superior por grupos historicamente excluídos exige que as universidades ofereçam estruturas físicas capazes de atender às necessidades de diferentes públicos. Rampas, elevadores, sinalização adequada, recursos de acessibilidade comunicacional e adaptações arquitetônicas constituem elementos fundamentais para a construção de ambientes educacionais inclusivos (BRASIL, 2015).

Além dos espaços destinados ao ensino formal, as universidades contemporâneas dependem de ambientes que favoreçam a convivência acadêmica, a permanência estudantil e o bem-estar da comunidade universitária. Restaurantes universitários, residências estudantis, áreas de convivência, espaços culturais e ambientes destinados ao apoio psicopedagógico contribuem para a formação integral dos estudantes e para a redução dos índices de evasão acadêmica. Nesse

sentido, a infraestrutura relaciona-se não apenas ao desempenho educacional, mas também às políticas de permanência e inclusão (DOURADO, 2019).

Diversos estudos apontam que a deterioração ou insuficiência da infraestrutura pode produzir efeitos que se manifestam gradualmente ao longo do tempo. A ausência de investimentos em manutenção, modernização ou ampliação tende a gerar limitações operacionais que afetam a qualidade dos ambientes acadêmicos. Problemas estruturais, limitações tecnológicas e inadequações físicas podem comprometer a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, dificultando o atendimento das demandas institucionais (CHAVES; AMARAL, 2018).

Nas universidades federais brasileiras, esse debate adquire relevância particular diante das restrições orçamentárias observadas nos últimos anos. A redução dos investimentos destinados à infraestrutura tem suscitado preocupações quanto à capacidade das instituições de manter e desenvolver seus espaços acadêmicos. Embora os efeitos possam variar entre as universidades, a literatura aponta que a limitação dos recursos destinados a obras e modernizações tende a impactar diretamente a qualidade das condições materiais necessárias ao desenvolvimento das atividades educacionais (AMARAL, 2017).

No caso da Universidade Federal de Alagoas, a discussão torna-se ainda mais pertinente em razão da diversidade de cursos, laboratórios, unidades acadêmicas e campi distribuídos pelo estado. A manutenção de uma infraestrutura compatível com as demandas contemporâneas da educação superior exige investimentos permanentes capazes de assegurar condições adequadas para estudantes, docentes e técnicos administrativos. Assim, a discussão sobre os investimentos em obras permite compreender não apenas aspectos relacionados à gestão orçamentária, mas também elementos que influenciam a qualidade do ensino ofertado pela instituição.

Dessa forma, a infraestrutura educacional deve ser reconhecida como dimensão estratégica da qualidade universitária. Os espaços físicos não constituem apenas suporte material das atividades acadêmicas, mas elementos que participam ativamente da construção das experiências de aprendizagem, da produção do conhecimento e do desenvolvimento institucional. Compreender essa relação é fundamental para analisar os possíveis impactos da redução dos investimentos em obras no contexto das universidades federais brasileiras.

4 Resultados e Discussão

A análise desenvolvida nesta pesquisa permitiu relacionar as evidências encontradas na literatura com os dados orçamentários da Universidade Federal de Alagoas (UFAL),

possibilitando uma compreensão mais ampla acerca dos efeitos da redução dos investimentos em infraestrutura sobre as condições de funcionamento da instituição. Embora os investimentos representem apenas uma das categorias do orçamento público, sua relevância vai além da execução de obras, uma vez que viabilizam a expansão, a modernização e a conservação dos espaços destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os estudos consultados convergem ao reconhecer que a infraestrutura universitária constitui um componente importante da qualidade da educação superior. Ambientes físicos adequados favorecem o desenvolvimento das atividades acadêmicas, ampliam as possibilidades de utilização de metodologias de ensino, fortalecem a pesquisa científica e proporcionam melhores condições de permanência aos estudantes. Sob essa perspectiva, os investimentos em obras e equipamentos permanentes não devem ser compreendidos apenas como despesas patrimoniais, mas como recursos estratégicos para o desenvolvimento institucional das universidades públicas.

Com o objetivo de complementar a discussão teórica, foram analisados os dados apresentados no Relatório de Gestão Integrado da Universidade Federal de Alagoas referente ao exercício de 2024. A comparação entre os exercícios de 2023 e 2024 evidencia uma redução na dotação inicial destinada aos investimentos, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Dotação inicial destinada aos investimentos da Universidade Federal de Alagoas

	Exercício	Dotação inicial (R\$)	Variação (%)
--	------------------	------------------------------	---------------------

	2023	6.574.057	—
	2024	3.381.086	-48,6

Fonte: Universidade Federal de Alagoas. *Relatório de Gestão Integrado 2024*. Dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Os dados apresentados demonstram que os recursos inicialmente destinados aos investimentos sofreram redução de aproximadamente 48,6% entre os dois exercícios analisados. Essa diminuição indica uma menor disponibilidade de recursos para obras, reformas, ampliação da infraestrutura e aquisição de equipamentos permanentes. Embora esse resultado não permita estabelecer, por si só, uma relação direta entre a redução orçamentária e a qualidade do ensino, ele evidencia limitações na capacidade da instituição de realizar intervenções estruturais indispensáveis ao funcionamento e à modernização dos seus espaços acadêmicos.

A distribuição da dotação inicial da universidade também permite compreender a reduzida participação dos investimentos no orçamento institucional. Conforme apresentado na

Tabela 2, a maior parte dos recursos está concentrada nas despesas com pessoal e encargos sociais, enquanto os investimentos representam apenas uma pequena parcela do total previsto para o exercício de 2024.

Tabela 2 – Dotação inicial da Universidade Federal de Alagoas por grupo de despesa – LOA 2024

Grupo de despesa	Dotação inicial (R\$)	Participação (%)
Pessoal e Encargos Sociais	850.178.140	85,7
Outras Despesas Correntes	138.848.854	14,0
Investimentos	3.381.086	0,3
Total	992.408.080	100,0

Fonte: Universidade Federal de Alagoas. *Relatório de Gestão Integrado 2024*. Quadro 65 – Dotação inicial por grupo de despesa.

Observa-se que apenas 0,3% da dotação inicial da universidade foi destinada aos investimentos. Esse percentual evidencia a reduzida margem orçamentária disponível para ações voltadas à expansão e à modernização da infraestrutura institucional. Em contrapartida, as despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais concentram a maior parte do orçamento, situação comum nas universidades federais brasileiras e que reduz a flexibilidade para a realização de investimentos em obras e aquisição de bens permanentes.

Esse cenário torna os investimentos particularmente vulneráveis em períodos de restrição fiscal. Quando ocorrem contingenciamentos ou limitações orçamentárias, as despesas de capital tendem a ser reduzidas antes das despesas obrigatórias, comprometendo a execução de projetos de expansão, reformas e manutenção da infraestrutura. Como consequência, obras podem ser adiadas, equipamentos deixam de ser substituídos e melhorias necessárias aos ambientes acadêmicos passam a depender da disponibilidade futura de recursos.

No caso da Universidade Federal de Alagoas, essa realidade assume maior relevância em razão da dimensão da instituição e da distribuição de suas unidades acadêmicas em diferentes municípios do estado. A manutenção de laboratórios, bibliotecas, clínicas-escola, salas de aula e demais espaços utilizados pela comunidade universitária exige investimentos permanentes para garantir condições adequadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Além da conservação do patrimônio físico, a infraestrutura universitária precisa acompanhar as transformações tecnológicas e pedagógicas que caracterizam o ensino superior

contemporâneo. A incorporação de novos equipamentos, a modernização dos laboratórios, a ampliação da conectividade e a adequação dos espaços às metodologias ativas de aprendizagem dependem diretamente da existência de recursos destinados aos investimentos.

Outro aspecto que merece destaque refere-se às políticas de acessibilidade e inclusão. A adaptação dos espaços físicos às necessidades das pessoas com deficiência demanda intervenções contínuas, como instalação de elevadores, construção de rampas, adequação de sanitários e aquisição de equipamentos específicos. A redução dos recursos destinados aos investimentos pode retardar essas melhorias, dificultando a consolidação de ambientes universitários plenamente acessíveis.

Os resultados obtidos nesta pesquisa reforçam as evidências encontradas na literatura de que a infraestrutura constitui um elemento estratégico para a qualidade da educação superior. Ainda que a qualidade do ensino dependa de diferentes fatores, como qualificação docente, políticas institucionais e organização curricular, as condições físicas da universidade influenciam diretamente o desenvolvimento das atividades acadêmicas e o atendimento às demandas da comunidade universitária.

Dessa forma, a análise documental realizada demonstra que a redução dos recursos destinados aos investimentos representa um desafio para a gestão da Universidade Federal de Alagoas. A manutenção e a modernização da infraestrutura exigem planejamento de longo prazo e financiamento contínuo, capaz de assegurar condições adequadas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, mais do que uma questão patrimonial, os investimentos em infraestrutura constituem um componente essencial para o fortalecimento da universidade pública e para a oferta de uma educação superior de qualidade.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo discutir a diminuição das despesas de investimentos em obras e seus possíveis impactos sobre as condições de ensino no âmbito da Universidade Federal de Alagoas. A pesquisa partiu da compreensão de que a infraestrutura universitária constitui elemento essencial para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para a garantia de uma educação superior pública de qualidade.

A revisão da literatura permitiu evidenciar que os investimentos em obras desempenham papel estratégico no fortalecimento das Instituições Federais de Ensino Superior. A construção, ampliação, reforma e modernização dos espaços universitários contribuem para a criação de

ambientes mais adequados ao ensino, à pesquisa e à extensão, além de favorecerem a inclusão, a acessibilidade e a permanência estudantil.

Os resultados da análise demonstraram que a discussão sobre infraestrutura universitária ultrapassa questões relacionadas à gestão patrimonial ou à administração financeira. Os espaços físicos constituem parte integrante do processo educativo, influenciando diretamente as condições em que estudantes e professores desenvolvem suas atividades acadêmicas. Nesse sentido, a disponibilidade de recursos destinados a investimentos representa importante fator para a consolidação das políticas educacionais e para o desenvolvimento institucional das universidades públicas.

A pesquisa também evidenciou que os investimentos em obras tendem a ser particularmente vulneráveis em períodos de restrição fiscal. Quando há redução dos recursos destinados à infraestrutura, projetos de expansão podem ser adiados, reformas necessárias deixam de ser executadas e a modernização dos ambientes acadêmicos ocorre de forma mais lenta. Embora tais efeitos nem sempre sejam percebidos imediatamente, seus impactos costumam se acumular ao longo do tempo, afetando gradualmente a capacidade institucional de responder às demandas da comunidade universitária.

Sob a perspectiva educacional, a literatura analisada sugere que a diminuição dos investimentos pode influenciar aspectos relacionados à qualidade dos ambientes de aprendizagem, ao funcionamento de laboratórios, à atualização de bibliotecas, à acessibilidade e às condições gerais de permanência estudantil. Dessa forma, os investimentos em infraestrutura devem ser compreendidos como parte integrante das políticas voltadas à melhoria da qualidade da educação superior.

No caso da Universidade Federal de Alagoas, a discussão assume relevância adicional em razão da abrangência de suas atividades e da diversidade de unidades acadêmicas distribuídas pelo estado. A manutenção de estruturas adequadas para o desenvolvimento das funções universitárias exige planejamento contínuo e investimentos capazes de acompanhar as transformações científicas, tecnológicas e pedagógicas que caracterizam a educação superior contemporânea.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo contribui para ampliar as reflexões sobre as relações entre financiamento público, infraestrutura universitária e qualidade educacional. Ao aproximar discussões tradicionalmente associadas ao orçamento público do campo das Ciências da Educação, a pesquisa evidencia que as condições materiais de funcionamento das universidades constituem dimensão relevante para a compreensão dos desafios enfrentados pela educação superior brasileira.

Como limitação do estudo, destaca-se que a análise documental foi baseada em dados orçamentários agregados constantes dos relatórios institucionais, não abrangendo indicadores de execução física das obras, entrevistas com gestores ou análises de percepção da comunidade acadêmica. Estudos futuros poderão incorporar essas abordagens, ampliando a compreensão dos impactos dos investimentos em infraestrutura sobre as condições de ensino.

Conclui-se, portanto, que os investimentos em obras representam importante instrumento de desenvolvimento institucional e de fortalecimento das condições de ensino nas universidades públicas. A manutenção de políticas de financiamento voltadas à infraestrutura universitária mostra-se fundamental para assegurar ambientes adequados à formação acadêmica, à produção do conhecimento e ao cumprimento da função social das Instituições Federais de Ensino Superior.

Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. O financiamento da educação superior pública brasileira no contexto da crise fiscal do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 301-321, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1964.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de financiamento da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-24, 2018.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplos desafios em tempos de restrição fiscal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0223434, 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A educação superior no contexto das políticas de austeridade fiscal. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230058, 2018.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2008.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MORAN, José Manuel. Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. In: BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão Integrado 2024**. Maceió: UFAL, 2025. Disponível em: <https://ufal.br/transparencia/relatorios/gestao/2024/relatorio-de-gestao-integrado-2024.pdf>.

Acesso em: 24 jun. 2026.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29. ed. Campinas: Papirus, 2016.